



## **AMÉRICA LATINA: (DES)COLONIALIDADE E REINVENÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL**

190

LAGE, Allene Carvalho.

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea- UFPE/CAA  
allene Lage@yahoo.com*

FARIAS, Maisa dos Santos.

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – UFPE/CAA  
faramaia@gmail.com*

### **RESUMO**

O presente artigo faz parte da pesquisa sobre a (des)colonialidade da Educação do Campo em Pernambuco no contexto da América Latina, com um olhar sobre as (des)igualdades históricas entre o rural e o urbano, financiada pela FACEPE. Um dos objetivos do nosso estudo é a análise quali-quantitativa dos resultados da educação no período de 2000 a 2010 no estado de Pernambuco, no contexto da América Latina. Nesse artigo fazemos uma reflexão sobre a invenção da América Latina, a partir do pensamento crítico latino-americano, especialmente o dos Estudos Pós-coloniais, desenvolvido pelo grupo Modernidade/Colonialidade, apontando para a questão da educação do campo, enquanto alternativa política para romper com a formação colonial dos povos do campo. As nossas conclusões apontam para as possibilidades emancipadoras da educação do campo, enquanto educação decolonial.

**Palavras-chave:** América Latina. Colonialidade. Educação Decolonial.

### **ABSTRACT**

This article is part of the research on the (de) coloniality of Rural Education in Pernambuco in the context of Latin America, with a look at the historical inequalities between rural and urban, funded FACEPE. One goal of our study is the qualitative and quantitative analysis of the results of education in the period 2000-2010 in the state of Pernambuco, in the context of Latin America. This article provides a reflection on the invention of Latin America, from the Latin American critical thought, especially of Postcolonial Studies, developed by Modernity / Coloniality group, pointing to the issue of rural education as an alternative policy to break with the formation of the colonial peoples of the field. Our findings point to the emancipatory possibilities of field education, while decolonial education.

**Key-words:** Latin American. Coloniality. Decolonial education.



A região denominada América Latina, engloba mais de 700 milhões de habitantes envolvendo 33 países que estão distribuídos em sua localização na América do Sul, Central e Caribe, sendo o México o único país da América do Norte. Tendo como superfície total 21.000 quilômetros quadrados onde estão presentes como idiomas principais o português, o espanhol, o inglês e diversas línguas indígenas.<sup>1</sup>

O Conceito de América Latina se revela com limites e ambiguidades, pois não é totalmente um conceito somente geográfico, nem um conceito cultural ou econômico, é antes de tudo um conceito político. O termo foi evoluindo desde a sua criação, passando a designar um conjunto de características culturais, étnicas, políticas, sociais e econômicas<sup>2</sup>. Isso nos leva a buscar compreender como surgiu esse conceito e porque, para situarmos melhor o nosso objeto de estudo tendo em vista que o mesmo tem como contexto a América Latina.

O nascimento de um conceito está revestido de circunstâncias históricas e de condições sociais e políticas permeadas de interesses e percepções de mundo, um conceito pode também ser percebido como algo dinâmico, pois vai no transcorrer da história incorporando sentidos e significados. Esse entendimento nos faz refletir sobre a importância de conhecermos o processo que constituiu o que hoje reconhecemos como América Latina. Este continente surge no contexto da modernidade no âmbito da cultura ocidental, assim, buscamos um melhor entendimento do que representou o aparecimento desse novo continente e o processo que culmina na ideia de América Latina.

Ao imergirmos na história do surgimento da América inserida no conjunto da história geral, nos deparamos com uma historiografia que apresenta como explicação ao acontecimento, uma perceptível predominância da visão colonialista. Isto nos impõe a necessidade de uma visão mais crítica sobre esse fato histórico, vislumbrando que ideologias estão ocultadas pela perspectiva do dominador. Nesse sentido examinamos no intuito de compreendermos as consequências dessa relação colonizador/colonizado para América na contemporaneidade, e seus desdobramentos para a América Latina.

Segundo Mignolo (2007), a América até o século XVI, não figurava em nenhum mapa, muito menos as populações que habitavam esse território existiam para os espanhóis e portugueses,

<sup>1</sup>SOUZA, Ailton. A América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais a UNIFSP. Macapá, n.4, p.29-39, dez. 2011.

<sup>2</sup> Temos como exemplo o que ocorreu ao final da segunda guerra, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina, onde o uso da expressão para esse órgão se consolidou como sinônimo dos países menos desenvolvidos dos continentes americanos.



mas “*El territorio existía y los pobladores también, por supuesto, pero ellos daban su propio nombre al lugar donde vivían*” (Mignolo, 2007, p. 28). Esse território era denominado pelas populações que aqui existiam de Tawantinsuyu referente a região Andina, Anáhuac que é o atual México e Abya-Yala onde hoje é o Panamá.

A partir da relação de conquista que foi desencadeada pelos europeus e com o entendimento de que encontraram novas terras, o termo descobrimento passou a ser comumente usado, sendo essa ideia disseminada pela história oficial, chegando até nossos dias. Essa noção de descobrimento levou o autor mexicano O’Gorman (2003), a partir de uma pesquisa minuciosa nas várias teses que explicariam esse fato histórico, a averiguar a origem da representação do descobrimento, utilizando para tanto documentos escritos por vários historiadores e pensadores ao longo de cinco séculos. O resultado de sua pesquisa encontra-se compilada em seu livro “*La Invención de América*” que tem como 1ª edição o ano de 1958. Sua análise tem como foco as viagens de Cristovan Colombo e os objetivos de tal empreitada, relacionando-as aos acontecimentos históricos com um olhar filosófico do homem e seu tempo. O’Gorman deixa claro na sua pesquisa que não buscou saber se foi ou não Colombo que descobriu a América, pois isso significaria a aceitação do fato que a América teria sido descoberta, e esclarece que:

*No, nuestro problema es lógicamente anterior y más radical y profundo: consiste en poner en duda si los hechos que hasta ahora se han entendido como el descubrimiento de América deben o no deben seguir entendiéndose así* (O’GORMAN, 2003, p. 16).

A farta documentação examinada por O’Gorman o permitiu ter uma visão mais complexa do acontecimento que admite o aparecimento da América na história, o resultado de sua pesquisa o levou a construção de um novo conceito, que o autor julga mais adequado a realidade dos fatos, a de uma América inventada e não descoberta. Pois o conceito de descobrimento, “*se trata de una interpretación que no logra dar cuenta adecuada de la realidad que interpreta, puesto que ella misma se reduce al absurdo cuando alcanza la situación límite de sus posibilidades lógicas*” (O’GORMAN, 2003, p. 52).

Com isso, O’Gorman destaca que a partir da constatação dessa conclusão, coloca-se “*en crisis de sus fundamentos a la totalidad de la historiografía americana, según se ha venido concibiendo y elaborando hasta ahora*” (O’GORMAN, 2003, p. 53). Nessa perspectiva as terras



das quais achou<sup>3</sup> Colombo, não é resultado de uma repentina manifestação de um descobrimento, “*el resultado de un complejo proceso ideológico que acabo, a través de una serie de tentativas e hipótesis, por concederles un sentido peculiar y propio, el sentido, en efecto, de ser la ‘cuarta parte’ del mundo*” (O’GORMAN, 2003, p.136). Essas constatações reveladas pelos estudos de O’Gorman se tornam fundamentais para compreensão do que o autor nomeia “*el ser de América*” possibilitando o acesso ao alcance da sua história e seu destino.

Admitir uma quarta parte do mundo que vai além da Europa, Ásia e África, representou, nas palavras de O’Gorman “*no de una ampliación que agotó sus posibilidades, sino de un primer paso del proceso de apoderamiento del universo por parte del hombre*”. Nessa perspectiva, O’Gorman pontua que há uma ruptura com a visão do mundo antigo, onde o universo era feito e destinado, pela bondade de Deus, ao homem. O mundo passa a ser para o homem algo que o pertence através da conquista e criação. E continua suas considerações destacando que, quando mais tarde aparecem novas terras antes não conhecidas, o processo de inclusão dessas novas terras no mundo se torna automático.

*[...] sin necesidad de repetir el complicado y penoso proceso que fue menester en caso de América, y sin que a nadie se hubiere ocurrido de hablar de nuevos y desconcertantes “descubrimientos” como el que se supone realizó Colón* (O’GORMAN, 2003, p. 141).

A América se torna a quarta parte do mundo, fundamentada na unidade de sua estrutura interna, compleição física, mas como salienta O’Gorman, faltava determinar “*el ser moral o histórico que debería corresponderle como “cuarta parte” del orbe*” (O’GORMAN, 2003, p. 149). Ao passo que os europeus investigavam a forma de existência dos habitantes dessas novas terras, por mais diversas e estranhas que pareciam a sua cultura, não poderiam enquadrá-los fora da condição de pertencentes ao gênero humano e como tal, “*descendían de Adán y podían beneficiar del sacrificio de Cristo*” (O’GORMAN, 2003, p.150). Esses habitantes agora reconhecidos como integrantes da história universal, herdariam sem dúvida a cultura cristã, cultura esta que colocava a Europa, desde a visão cristã tripartida do mundo, em uma posição de verdadeira civilização, representante única, capaz de decidir sobre a forma de ser das outras civilizações.

*El ser concedido a las nuevas tierras, el de la posibilidad de llegar a ser otra Europa, encontro su fórmula educuada en la designación de “Nuevo Mundo”*

<sup>3</sup> Utilizamos aqui o termo “achou” para nos distanciarmos da ideia de descobrimento.



*que, desde entonces, se emplea como sinônimo de América* (O’GORMAN, 2003, p.151).

Nessa direção Mignolo (2007), nos diz que a concepção de descobrimento e a de invenção é, não apenas duas interpretações distintas do mesmo acontecimento, “*son parte de dos paradigmas distintos*” (2007, p.29) e destaca que: “*La Idea de América, entoces, es una invención europea moderna limitada a la visión que los europeos tenían del mundo y de su própria historia*” (MIGNOLO, 2007, p. 33).

Essa visão eurocentrada representa, em suas palavras, a perspectiva imperialista de uma “*Europa triunfal y victoriosa, algo que se conoce como <<modernidade>>*” (MIGNOLO, 2007, p.51). Assim, toda a história, experiências e cultura dos colonizados, foi subtraída, ou melhor dizendo, encoberta pelo “descobrimento”, em nome da uma cultura “superior”, a do colonizador. De acordo com Santos (2010) é preciso ficar atento em relação à reciprocidade do ato da descoberta, pois quem descobre também é descoberto, e questiona:

Por que é tão fácil, em concreto, saber quem é descobridor e quem é o descoberto? Porque sendo a descoberta uma relação de poder e de saber, é descobridor quem tem mais poder e mais saber e, com isso, a capacidade para declarar o outro como descoberto (SANTOS, 2010, p.181).

Esse processo desencadeou uma herança para a América que se configura em consequências de dimensões não apenas concretas, mas simbólicas e subjetivas, é nesse sentido que Quijano (2005) insere a discussão sobre a colonialidade inaugurada com a constituição da “América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p. 227).

Quijano (2005) narra que dentro dessa nova “matriz” de poder dois fatores se tornaram fundamentais para sua consolidação, a ideia de raça, e a nova forma de controle do trabalho. Esses dois elementos se tornaram essenciais para a consolidação do poder que se configurou com o termo capitalismo mundial.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferentes entre esses grupos. A formação de relação sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras (QUIJANO, 2005, p.227).



A noção de raça legitimou a forma de dominação empregada pelos conquistadores, essa classificação racial se torna posteriormente “no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p. 228).

A forma como se estruturou o processo de colonização na América, iniciada com a classificação racial, inaugurou também novas formas de controle e exploração do trabalho, pois não existia evidências históricas anteriores com tal forma de organização, obedecendo a uma lógica totalmente nova, onde se articulava em torno do capital e do salário, a produção-apropriação-distribuição de produtos numa perspectiva mundial, tendo como centro de controle desse sistema a Europa (QUIJANO, 2005).

Assim, esses dois fatores se complementaram impulsionando o novo circuito comercial que surge com a conquista dessas novas terras e dessa nova configuração de poder, onde “as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle de trabalho” (QUIJANO, 2005, p. 228). Outro teórico que corrobora com a ideia desse “descobrimento” como processo de dominação desencadeada pela civilização europeia, é Caio Prado Júnior, quando discute a formação do Brasil contemporâneo, ao afirmar que:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 11).

De acordo com Caio Prado Júnior, esse é o sentido de ser da colonização, uma vasta empresa comercial. E ao citar como exemplo o Brasil, afirma que o “sentido” da evolução brasileira “ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização”. (PRADO JÚNIOR, 2000, p.21).

Esse sentido de ser das novas terras desencadeou no decurso da história o silenciamento das civilizações conquistadas, onde as populações que ali habitavam foram envoltas em um processo de colonialidade, que é referente à estrutura lógica de domínio deflagrada com o colonialismo das nações europeias a partir do século XV. Assim, Mignolo (2007) destaca que:





*La, <<colonialidade>>, entonces, consiste em develar la lógica encubierta que impone el control, la dominación y la explotación, una lógica oculta tras el discurso de la salvación, el progreso, la modernización y el bien común (MIGNOLO, 2007, p.32).*

Essa colonialidade se perpetua na história desse novo continente, se revelando mais contemporaneamente no mesmo sentido que nasce o conceito de América Latina, onde o surgimento desse termo está conectado às realidades históricas concretas e circunstanciadas, que não fugiram da raiz de dominação imposta pelo processo do colonialismo.

*La <<Idea>> de América Latina es la triste celebración por parte de las elites criollas de su inclusión en la modernidade, cuando en realidad se hundieron cada vez más en lógica de la colonialidade. La Idea de <<América Latina>> que se forjó en la segunda mitad del siglo XIX dependió de outra Idea, la de <<latinidad>> (<<latinity>>, <<latinité>>), surgida en Francia. El término <<latinidad>> englobaba la ideología en la que se cifraba la identidad de las antiguas colonias españolas y portuguesas en el nuevo orden del mundo moderno/colonial, tanto para los europeos como para los americanos. Cuando surgió, la idea de <<latinidade>> cumplía una función específica dentro de los conflictos imperiales entre las potencias europeas y en nuevo trazado de la diferencia colonial (MIGNOLO, 2007, p.81-82).*

De acordo com Mignolo (2007), esse conceito de latinidade nasce na Europa, mais precisamente na França na segunda metade do século XIX, e tinha como intenção política, excluir os países de origem anglo-saxônica. Nessa direção Porto-Gonçalves (2012) destaca que a discussão sobre o surgimento da América e posteriormente da América Latina desenvolvidas por Mignolo e Quijano, revelam uma combinação de fatores que denunciam a forma desrespeitosa que abarca a formulação do conceito de América Latina.

A divisão da América em Latina, ao sul, e Anglo-saxã, ao norte, como se vê, encontra-se relacionada, em grande medida, as contradições dos desenhos imperiais traçados pelas potências europeias sobre as colônias em processo de independência e às resistências que no interior dessas relações sociais e de poder que foram engendradas a partir da América que se autodenominaria Latina”. Na perspectiva francesa, o conceito América Latina abriu como horizonte de expectativa a legitimação do projeto imperial de Napoleão III. Pelo lado dos Estados Unidos, houve uma apropriação no sentido de desqualificação e inferiorização do latino (Espanha) e do latino-americano como maneira de justificar seu expansionismo (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.10-11).



Mais uma vez o sentido de ser, como ocorreu com o da América, se configura agora no da América Latina, onde a disputa do controle da região por parte das nações imperialistas é o pano de fundo de um discurso pela unidade da região. Essa foi a estratégia utilizada pela França, que tinha como intenção frear a expansão dos Estados Unidos, para tanto, se serviu das elites crioulas e mestiças da região e do conceito de latinidade, que representava segundo os franceses, a afirmação de uma identidade pós-colonial, se efetivando assim a estratégica inserção na região. (Mignolo, 2007). Portanto, manifesta-se Mignolo, que: “*La matriz colonial de poder cambió de manos pero siguió en pie*” (MIGNOLO, 2007, p. 92).

Nesse caso, não podemos falar da construção da ideia de América Latina deslocando-a do seu passado, reproduzir a história apenas como fatos justapostos, acontecimentos desconectados, é preciso refletir que somos frutos de uma construção que não é nossa.

É com o intuito de mudança dessa realidade que muitos dos movimentos sociais presentes na América Latina têm sua origem na luta pela ruptura do silenciamento histórico que nos foi imposto. É o que, para o autor Celso Furtado pode se configurar nas surpresas que a história nos reserva, ao citar no Brasil o caso do MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>4</sup>, onde para o autor:

A única força social nova com grande capacidade de mobilização, entre nós, é o Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra, cujos objetivos são elementares: questionamento da velha divisão patrimonial das terras que atrasou o Brasil secularmente, investimento em pequenas propriedades, no sentido de promover a formação nas áreas rurais de uma sociedade civil mais estruturada (FURTADO, 1998, p. 78-79).

Essas reivindicações, independentemente das suas caracterizações, sejam políticas, sociais, econômicas, culturais, nos remete a perspectiva de ruptura com o enraizamento da colonialidade, onde as experiências vivenciadas por essas populações foram e são imbuídas pela experiência moderno-colonial apresentada por Mignolo (2007).

Em vista disso é que Quijano (2000), assenta que a luta pela desconstrução da colonialidade, passa por um processo de construções coletivas em várias frentes, pois para este autor, “*Eso significa la devolución a las gentes mismas, de modo directo e inmediato, el controle de*

---

<sup>4</sup> “Desde a nossa fundação, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna”. Excerto do *site* do MST no que se refere aos objetivos do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>.





*las instancias básicas de su existencial social: trabajo, sexo, subjetividade, autoridad*” (QUIJANO, 2000, p.380).

Essas reflexões apresentadas até aqui, reporta-nos ao mencionado no início deste texto, quando destacamos que o termo América Latina se revela com limites e ambiguidades, isso nos permite perceber que tal característica se deve ao fato da consolidação desse termo se dar sobre influências políticas e econômicas das nações imperialistas.

Nesse sentido podemos refletir sobre o que nos fala Mignolo (2007) quando se refere à estrutura lógica de domínio desencadeada pela colonização que deixa um legado negativo para os países colonizados, que não finda após os processos de independência. Essa dominação pode ser percebida na relação de dependência desses países com as nações imperialistas. É nessa direção que o teórico Celso Furtado (1998), nos fala sobre a condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos, enfatizando a necessidade de “aprofundar a percepção de subdesenvolvimento como um processo histórico específico” (FURTADO, 1998, p. 20). De acordo com o autor nessa nova fase do capitalismo global:

As economias latino-americanas estarão submetidas a pressões crescentes para desregular os seus mercados, o que acarretará efeitos diversos em função do grau de heterogeneidade de suas estruturas sociais (FURTADO, 1998, p. 32).

Ainda segundo Furtado, essa nova fase, a qual se pode nominar de globalização, não conduzirá a adoção de políticas uniformes, como propaga o Fundo Monetário Internacional, pois as desigualdades entre as economias não são resultado apenas de fatores econômicos, estão aliados nesse processo, questões como as diversidades nas matrizes culturais e as especificidades históricas de cada nação. Assim, dentre os desafios colocados por essa nova fase do capitalismo global, destaca a importância do reconhecimento da nossa história como possibilidade de abertura a caminhos que nos façam assumir a nossa identidade.

A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos (FURTADO, 1998, p. 67).

É a partir desse panorama, de algo que é criado por interesses particulares de um grupo(s) ou de uma nação(es), dos quais não correspondem aos anseios e necessidades de sujeitos ou nações outras, que Porto-Gonçalves (2012) salienta a maneira como foi utilizado o conceito de América



latina, não desconectado da colonialidade do poder. Pois marca uma continuidade com o modelo de civilização europeu, como também reproduz a exclusão dos povos colonizados e suas culturas, assim, o conceito de latinidade é parte integrante desse processo de reorganização da colonialidade do poder.

Esse processo de colonialidade vivenciado pelas populações da América Latina pode ser vislumbrado a partir dos muitos problemas da região nos dias atuais. Mesmo autores que não discutem a questão da América Latina a partir do conceito de colonialidade, como é o caso do historiado chileno José del Pozo, reconhece a problemática da região como um processo desencadeado a partir da prática da colonização, como expõe na seguinte explanação:

A principal explicação dos problemas da América Latina reside, a meu ver, nas particularidades sociais e culturais da região. O conjunto da região sofreu, desde 1492, por ter sido uma “sociedade de conquista”, na qual uma minoria branca estabeleceu seu domínio sobre os indígenas, negros e todas as pessoas de cor. Este processo teve graves consequências que mudaram apenas em parte depois da independência. Uma delas tem sido a de dar origem a uma sociedade dividida não só em classes, como também por critérios (ou preconceitos) étnicos (POZO, 2009, p.10-11).

Ainda segundo Pozo (2009), essa problemática se soma outra grande questão na América Latina, que é o controle da terra por uns poucos em detrimento da grande maioria, gerando um afastamento cada vez maior entre a elite e as massas. A grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários está ligada dentre suas origens, a grande produção açucareira, ficando mais evidente quando da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no atendimento dos interesses da indústria açucareira<sup>5</sup>.

É nessa totalidade de questões que permeia a América Latina que nosso estudo se situa, ao analisar as históricas desigualdades educacionais entre o rural e o urbano, destacando a ação coletiva dos sujeitos do campo e sua luta pela reforma agrária. Reconhecendo essa luta na resistência que se faz presente na história das populações da América Latina, no combate à subalternização que nasce com a prática da colonização e se perpetua, como pontua Quijano (2005) em sua obra, no processo de colonialidade vivenciado pelas populações da América Latina.

---

<sup>5</sup> Sobre essa questão ver: MAIA, Nayala de S. Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco 1874 - 1904**. 2ª ed. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.



Dentro desse contexto, a ideia de Educação do Campo que vem sendo construída pelos movimentos sociais<sup>6</sup> a partir da década de 1990, decorrente de formas de enfrentamento à educação colonizada, traz uma característica importante, que é a mudança a partir da prática social coletiva, onde busca uma educação que rompe com o modelo de educação rural, reconhecendo a luta pela terra como parte intrínseca do processo educativo, no qual inclui outras vivências, onde seja possível experimentar relações sociais fora da lógica do capitalista. Nesse sentido Lage (2013) nos diz que:

Lutar por um novo projeto político pressupõe, antes de tudo, lutar pela formação de novos sujeitos políticos capazes de refletir sobre as lutas, questionar os processos geradores de desigualdades e exclusões sociais e inseri-los dentro de um movimento maior de transformação da sociedade (LAGE, 2013, p. 35).

Os movimentos sociais ao levantarem o debate da Educação do Campo, fazem além da questão do conhecimento sistematizado, buscam a significação mais ampla da educação, o seu sentido social, onde a responsabilidade de tal empreitada é compartilhada de forma coletiva. As práticas educativas por eles vivenciadas/experimentadas tem como intenção a alteração da lógica que reproduz o panorama hegemônico e caminha no sentido de politizar a educação, de maneira que seus sujeitos possam reconhecer que as suas subalternidades são construções históricas, decorrente de processos de colonização, até hoje presentes num sentimento de colonialidade (QUIJANO, 2000), que persiste em classificar sociedades, comportamentos sociais, e sujeitos sociais e individuais.

Assim, é fundamental a compreensão e o fortalecimento da Educação do Campo, inserido nesse processo crítico de análise das práticas de colonização da América Latina e a sua herança no contexto atual, onde essa educação possa fazer avançar a ação dos sujeitos coletivos do e no campo no enfrentamento dos desafios políticos da região e na descolonização dos processos sociais, econômicos que continuam reproduzir as desigualdades sociais no Brasil e na América Latina.

## REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

---

<sup>6</sup> Nos últimos anos institucionalizada e apropriada pelas diversas esferas do governo brasileiro, retirando dos movimentos sociais do campo a condução do processo..



LAGE, Allene. *Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MAIA, Nayala de S. Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco 1874-1904*. 2ª ed. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MIGNOLO, Walter. *La Idea de América Latina: La herida colonial y La opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

O’GORMAN, Edmundo. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir*. - 3ª ed. – México: FCE, 2003. ISBN: 968-16-6893-6

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araujo. *Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina*. Polis [online]. 2012, vol.11, n.31, ISSN 0718-6568. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v11n31/art17.pdf>.

POZO, José del. *História da América Latina e do Caribe: Dos processos de independência aos dias atuais*. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina*. p. 227-280. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html> Acesso em: 17 janeiro de 2014.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad Del Poder Y Clasificacion Social**. Journal of Word-Systems Research, VI, 2, p. 342-386, Summer/Fall, Especial Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I, 2000. ISSN 1076-156X. Disponível em: <http://www.jwsr.org/wp-content/uploads/2013/05/jwsr-v6n2.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Ailton. **A América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais a UNIFSP. Macapá, n.4, p.29-39, dez. 2011.